

CONTRIBUIÇÕES DOS FEMINISMOS NEGROS BRASILEIROS AOS FEMINISMOS TRANSNACIONAIS

CONTRIBUTIONS OF BRAZILIAN BLACK FEMINISM TO TRANSNATIONAL FEMINISM

Lizia de Oliveira Carvalho 1
Luciana de Oliveira Dias 2

Resumo: Este trabalho revisa discussões teóricas e debates conceituais pontuais diretamente ligados ao fortalecimento dos feminismos negros. A sua articulação possibilitou diálogos fundantes, que formam a base de um pensamento epistêmico original em relação aos processos assumidos nos feminismos transnacionais, através de participação de feministas negras em encontros feministas por toda América Latina. Essa interação é retomada a partir de um enfoque sobre a produção intelectual de mulheres negras posicionadas a partir do feminismo negro e protagonistas em respectivos tempos de atuação. Os feminismos negros têm produzido e inspirado um modo alternativo de articulação da esfera científica, incorporando sua experiência histórica e cultural diferenciada, com orientações críticas e as conectando como escolha política à realidade percebida, como basilar à construção teórica e imediatamente direcionada à prática e aplicação. Compreender a complexidade deste pensamento é de fundamental importância para a ampliação de horizontes epistêmicos e que sejam reconhecidas na agenda de luta pelos direitos humanos de mulheres negras e de outras mulheres de Nossa América.

Palavras-chave: Feminismos negro. Feminismos Transnacionais. Direitos Humanos.

Abstract: This paper reviews theoretical discussions and conceptual debates directly related to the strengthening of black feminisms. Their articulation made possible found dialogues, fundamental to the proposition of an original epistemic thought in relation to the processes assumed in transnational feminisms. This interaction is resumed from a focus on the intellectual production of black women positioned from black feminism and protagonists in their respective times. Black feminisms have produced and inspired an alternative way of articulating the scientific sphere, incorporating their differentiated historical and cultural experience, with critical orientations and connecting them as perceived political choice as a basis for theoretical construction and immediately directed to practice and application. Understanding the complexity of this thinking is very important for broadening epistemic horizons and that they are recognized in the human rights agenda of black women and other women in Our America.

Keywords: Black feminisms. Transnational feminisms. Human rights.

Graduada em Letras Português/Inglês pela Universidade Estadual de Goiás e cursa bacharelado em Direito pela Universidade Federal de Goiás. Mestra pelo Programa Interdisciplinar em Direitos Humanos (2018) e doutoranda pelo mesmo programa.
E-mail: lizia.ocarvalho@gmail.com

Antropóloga, doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília - UnB. Professora associada da Universidade Federal de Goiás - UFG. Coordenadora do Comitê de Antropólogos/as Negros/as da ABA – Associação Brasileira de Antropologia. Coordenadora do Coletivo Rosa Parks - UFG. E-mail: lucianadias@ufg.br

Introdução

No Brasil e em toda América Latina, diversas mulheres negras têm protagonizado e orientado uma série de agendas políticas que se encaminham à consolidação de políticas de promoção da igualdade de gênero e racial. Além de alcançarem as próprias mulheres negras, cooperam na direção dos feminismos transnacionais, contribuindo epistemologicamente para várias lutas políticas das mulheres dos países do Sul global.

Este artigo tem como objetivo discutir interações que notáveis representantes dos feminismos negros brasileiros têm construído em algumas articulações feministas da América Latina, avaliando a participação destas mulheres em eventos, inferindo e demarcando suas contribuições aos feminismos transnacionais. Para isto, a proposta é de um debate teórico acerca da participação de mulheres negras nestes eventos.

Feminismos transnacionais e feminismos negros

Os feminismos, na contemporaneidade, assumem um caráter “plural, transnacional, profundamente implicada nos movimentos e fluxos de pessoas e nas redes de saberes e práticas construídas como formas de resistência” (SCHMIDT; MACEDO, 2019). E, neste sentido, o que é conhecido hoje como feminismos transnacionais, segundo Marlise Matos (2010) é um

movimento atento às intersecções entre nacionalidade, raça, gênero, sexualidade e exploração econômica numa escala mundial, em decorrência principalmente do surgimento do capitalismo global; um movimento autointitulado *altermundialista*, por sua luta de cunho internacional contra o neoliberalismo e pela busca por maior justiça social. (MATOS, 2010, p. 81).

Dentro desta pluralidade, também estão situados os feminismos negros. Segundo Sueli Carneiro (2003), o feminismo negro, estabelecido em sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas (como as sociedades da América Latina) “tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades” (CARNEIRO, 2003, p. 2).

Dentre diversos retrocessos vivenciados em toda América Latina, com a ascensão de governos conservadores e pensamentos políticos reacionários, há inúmeros recuos em relação aos direitos humanos, em especial, dos direitos das mulheres. Num contexto como este, o período requer estratégias feministas transnacionais que não reproduzam a violência colonial já experienciada por essas mulheres, ou seja, “é preciso descolonizar pensamento e práticas de dentro e de fora em nossos feminismos transnacionais” (BOZZANO, 2019, p. 3).

Sonia E. Alvarez (2014), compreende os feminismos como “campos discursivos de ação”, ao invés de movimentos sociais no sentido “clássico” da expressão. Segundo a autora, os campos discursivos de ação são “elementos permanentes das formações políticas na modernidade tardia/descolonial” (ALVAREZ, 2014, p. 45). Esses campos englobam diversos atores, individuais e coletivos, e de diversos lugares sociais, culturais e políticos, em teias reticuladas. Ademais, nesses espaços são constituídas “formações nitidamente políticas nas quais a cidadania é construída e exercida, os direitos são imaginados, e não só demandados, as identidades e necessidades são forjadas e os poderes e os princípios são negociados e disputados” (ALVAREZ, 2014, p. 19).

O campo discursivo da ação é construído através do intercâmbio de teorias e práticas feministas, atravessando fronteiras geopolíticas e disciplinares. É a troca de “[...] *insights* dos feminismos de latinas, de mulheres de cor e do feminismo pós-colonial do norte das Américas para as nossas análises de teorias, práticas, culturas e políticas do Sul, e vice-versa” (ALVAREZ, 2010, p. 744).

Os feminismos pensados no Norte Global por feministas da Europa e EUA traziam, em sua maioria, uma ideia de “cidadania universal” para a “mulher do terceiro mundo” ou “mulheres de países em desenvolvimento”, sem levar em consideração suas especificidades que são bastante diversas durante o período pós-colonial (BOZZANO, 2019).

Embora ainda haja uma predominância de um feminismo que transfere conhecimentos do

norte ao sul, outras posturas que questionam este padrão têm se intensificado em toda América Latina. Este movimento, que sempre existiu, mas nunca foi reconhecido, é caracterizado por uma produção de conhecimento próprio e local, com outras formas de expressão, de contranarrativas (BOZZANO, 2019). Segundo Caroline Betemps Bozzano,

Várias artistas vêm trabalhando outras formas de corporalidade onde sexo e gênero são categorias imbricadas com classe, 'raça', religião, capacidades etc. Alguns exemplos são os movimentos feministas antirracistas brasileiros, os feminismos indígenas e comunitários da Bolívia e Guatemala, os feminismos urbanos do México, Argentina e também do Brasil, entre outros tantos que começaram a confrontar a agenda feminista 'branca' e a debater como os quadros de discussão são estabelecidos e que formas de ação estão legitimadas. (BOZZANO, 2019, p. 4).

Nesta perspectiva, atoras/es de um determinado campo discursivo enunciam outros universos e significados, de outras visões de mundo, configurando outros campos discursivos de ação. Sônia Alvarez sugere ser o caso dos atuais movimentos de mulheres negras no Brasil e o movimento de mulheres indígenas em toda Abya Yala¹ (ALVAREZ, 2014, p. 47). O movimento de mulheres negras seria hoje, em si mesmo, um campo discursivo de ação, extenso e diverso, ele próprio composto por várias vertentes. Entre essas vertentes podem ser encontradas as trabalhadoras domésticas, as quilombolas, as lésbicas, as mulheres de comunidades tradicionais de matriz africana e as jovens/hip-hopeiras/grafiteiras/b-girls/capoeiristas, entre outras. Hoje, no interior de cada uma dessas vertentes, há mulheres, e pessoas trans, que se anunciam como feministas negras (ALVAREZ, 2014).

Nesta perspectiva, várias pensadoras feministas negras brasileiras contribuíram e contribuem para ampliação, intercâmbio e propagação deste pensamento por toda a América Latina e para os feminismos transnacionais, em um imperativo estratégico de construir epistemologias desde outros lugares de enunciação.

A prática como teoria

Nesta seção, serão abordadas algumas categorias conceituais de duas feministas negras, Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro, para entender como teoria e prática se articulam no feminismo negro expresso nos eventos retratados a seguir e suas contribuições para o feminismo transnacional. A opção foi por um enfoque cronológico, reafirmando que nem todos os eventos foram retratados, mas somente alguns encontros e seus desdobramentos e referenciais para a escolha analítica dessa investigação.

Para a construção do pensamento feminista negro é necessário entender que não se pode desassociar as experiências pessoais destas pensadoras das temáticas presentes no conjunto de suas obras (BARRETO, 2005). Além disso, para estas intelectuais, o trabalho produzido também deve ser reconhecido como forma de ativismo, em que teoria e prática estão sempre conectadas. Esta é mais uma contribuição para os feminismos transnacionais, em que a teoria é elaborada a partir da práxis.

De acordo com Raquel de Andrade Barreto, é importante assinalar o lugar em que a produção de pensamento destas mulheres negras, em especial, na academia:

Por outro lado, essa adjetivação – intelectualidade negra – tem o papel de marcar um posicionamento político frente à exclusão dos afrodescendentes das instituições de ensino superior e dos centros de pesquisa, em particular no Brasil. Ao adjetivar o termo intelectualidade, pretendo dar conta do engajamento político daqueles(as) que assim se identificam na luta antirracista contemporânea. (BARRETO, 2005, p. 14).

¹ “Usa-se o termo Abya Yala - em kuna “terra em plena maturidade” ou “terra de sangue vital” - para designar a região que os espanhóis nominaram América”. (SILVA, 2015).

Lélia d'Almeida Gonzalez, feminista e intelectual negra brasileira, nos anos de 1980, discorreu sobre a realidade de exclusão das mulheres na sociedade brasileira, especialmente das negras e indígenas. Ela foi precursora nas críticas ao feminismo hegemônico e nas reflexões acerca dos diferentes percursos de oposição das mulheres ao patriarcado, demonstrando, com isso, as histórias das mulheres negras e indígenas, no Brasil, na América Latina e no Caribe (CARDOSO, 2014). Segundo Cláudia Pons Cardoso,

O seu pensamento inaugura também a proposição de descolonização do saber e da produção de conhecimento e, atuando como “forasteira de dentro” (*outsider within*), como define Patrícia Hill Collins, questiona a insuficiência das categorias analíticas das Ciências Sociais para explicar, por exemplo, a realidade das mulheres negras (CARDOSO, 2014, p. 965).

Lélia Gonzalez, com sua ação, “contribuiu para que hoje, em qualquer que seja o encontro, tenha-se o cuidado, inclusive por parte dos homens do movimento negro, de se incluir a discussão de gênero” (OLIVEIRA, 1997).

Outra característica do pensamento de Lélia Gonzalez é a linguagem utilizada. Ela é subversiva no estilo e na linguagem para registrar suas ideias. Lélia Gonzalez utiliza o pretuguês² (GONZALEZ, 1988) como marca de africanização do português do Brasil à sua obra. Segundo Luiza Bairros (2000, p. 58) “[...] o linguajar popular, bem ao modo do falar carioca, salpicado de expressões acadêmicas, que até permitia que nós, os militantes mais novos, entendêssemos o que é epistemologia!”. A transposição da escrita para a oralidade resume a experiência de várias mulheres negras. Apesar de muitas vezes ser desconsiderada pela Academia, que se pauta pelo uso de um sujeito impessoal, a utilização de exemplos pessoais é uma prática constante para exemplificar teorias (BARRETO, 2005).

Lélia Gonzalez constrói uma categoria de análise, a amefricanidade, para o entendimento mais amplo da experiência negra nas Américas. Esta foi pautada por uma cultura de reinterpretação nas Américas, partindo das matrizes africanas. Trata-se de um novo enfoque na formação histórico-cultural, em que os brasileiros têm sua origem em uma América Africana, não com raízes exclusivamente europeias. Além disso, incorpora um processo intenso de resistência, adaptação e criação de novas formas experienciadas nas Américas (GONZALEZ, 1988).

O pensamento de Lélia Gonzalez foi construído a partir de contato com diversas/ os autoras/es, em que realizava a “política de tradução de teorias” para engendrar um pensamento transnacional e globalizado, revelando como se formou nas Américas uma matriz de dominação amparada no racismo, além de formas de intervir e transformar essa realidade a partir desta compreensão (CARDOSO, 2014).

Aparecida Sueli Carneiro Jacoel, outra notável feminista negra brasileira, é filósofa, escritora e ativista antirracismo do movimento social negro. Além de diversos livros e artigos publicados, fundou e dirigiu o Geledés — Instituto da Mulher Negra, participação que originou seu pensamento e, assim como Lélia Gonzalez, sua relação intrínseca entre teoria e prática.

Dentre as diversas contribuições, a expressão “enegrecendo o feminismo” foi utilizada em diversos contextos para designar a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro e, por consequência, latino-americano. Com esta expressão, também reforçou a demanda específica que mulheres negras precisam ser consideradas, não as colocando exclusivamente sob a marca das questões de gênero em geral. Essa ótica exige práticas diversas que ampliem o protagonismo feminista (CARNEIRO, 2003a).

Sueli Carneiro também discute a violação colonial pelos homens brancos contra as mulheres negras e indígenas, e que a miscigenação que daí resulta está na origem de todas as construções de nossa identidade nacional, estruturando o mito da democracia racial latino-americana, tornando-se o “cimento” de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossas sociedades (CARNEIRO, 2003b). Esta relação ainda permanece viva no imaginário social e adquire novos contornos numa ordem que se apresenta democrática, mas que mantém as relações de gênero segundo a cor ou a

2 De acordo com Cláudia Pons Cardoso (2014, p. 967), “a palavra aparece nos textos da autora grafada de dois modos: “pretuguês” e “pretoquês”. Ver: GONZALEZ, 1983; 1988a”.

raça instituídas no período escravocrata (CARNEIRO, 2003b).

A diversidade de lutas políticas e localidades sociais desenvolvidas em suas cidades e estados contribuíram para que o pensamento feminista negro fosse também registrado na Academia, entretanto, este não foi o único meio de sua difusão. Alicerçado na prática dos fazeres feministas em organizações institucionais e participações em Encontros, este pensamento foi criado coletivamente e circulado nos mais diversos espaços.

Esses Encontros permitiram que as participantes pudessem dividir suas diferentes perspectivas e construir significados políticos e culturais alternativos. Nestes espaços, puderam se engajar com outras cujos feminismos emergem de condições sociopolíticas e heranças coloniais e neocoloniais análogas. Além disto, esses Encontros provaram ser arenas transnacionais fundamentais onde identidades e estratégias especificamente latino-americanas têm sido constituídas e contestadas, além de criar uma gramática política feminista comum (ALVAREZ *et al.*, 2003).

Essa ação feminista transnacional foi orientada fundamentalmente para a recriação de práticas coletivas, fazendo uso de novas categorias analíticas, novas visibilidades, e até mesmo de novas linguagens inventadas pelos feminismos em nível nacional, nomeando aquilo que até então não tinha nome: sexualidade, violência doméstica, assédio sexual, estupro conjugal, a feminilização da pobreza, etc.” (VARGAS apud ALVAREZ *et al.*, 2003).

Os Encontros também geraram novas modalidades de ativismo transfronteiras. Foram formadas numerosas redes inter-regionais que abordam questões e identidades específicas, assim como alianças de *advocacy* (ou promoção e defesa de direitos) relacionadas ao tema das mulheres (ALVAREZ *et al.*, 2003).

Dentro do contexto da atuação política em encontros internacionais, não se pode deixar de citar o papel importante que Lélia Gonzalez desempenhou no movimento feminista na década de 70-80 através de organizações (BARRETO, 2005). Lélia, juntamente com outras mulheres negras, criaram o NZINGA / Coletivo de Mulheres Negras, no dia 16 de junho de 1983, com sede na Associação de Moradores do Morro dos Cabritos (GONZALEZ, 2018). Em julho do mesmo ano, Jurema Batista seguiu para Lima como delegada do NZINGA para o II Encontro Feminista da América Latina e do Caribe, juntamente com duas representantes do Grupo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro. Graças a participação destas mulheres, foi criado um Comitê Antirracismo no interior do Encontro. Estas representantes levavam a trajetória coletiva do Coletivo, recordando sempre as mulheres que construíram o caminho para que as outras estivessem naqueles espaços. Pela primeira vez, na história do feminismo negro brasileiro, uma favelada representava, no exterior, uma organização específica de mulheres negras.

Em um trecho de um panfleto do NZINGA, em comemoração conjunta ao 8 de março, “Dia da Mulher” e ao 21 de março, “Dia Internacional da Discriminação Racial”, o texto demonstra o caráter coletivo de luta contra o sexismo e o racismo:

Somos um Coletivo: não aceitamos que a arbitrariedade de uma hierarquia autoritária determine nossas decisões, mas que elas sejam o resultado de discussões democráticas. Somos um Coletivo de Mulheres porque lutamos contra toda as formas de violência, ou seja, lutamos contra o sexismo e a discriminação sexual. Somos um Coletivo de Mulheres Negras: além do sexismo, lutamos contra o racismo e a discriminação racial que fazem de nós o setor mais explorado e mais oprimido da sociedade brasileira [...] Nosso objetivo é trabalhar com as mulheres negras de baixa renda (mais de 80% das trabalhadoras negras), que vivem principalmente nas favelas e nos bairros de periferia. E por quê? Porque são discriminadas pelo fato de serem mulheres, negras e pobres” (GONZALEZ, 2018, p. 280).

Como resultado da participação destes Encontros, as mulheres negras latino-americanas, a partir da participação do Quinto Encontro na Argentina decidiram realizar um próprio Encontro regional para pensarem suas experiências organizacionais dentro do movimento feminista e dos movimentos negros nacionais no Uruguai, Brasil, Equador, Colômbia, Panamá, Porto Rico e República Dominicana. Em julho de 1992, elas organizaram o Primeiro Encontro de Mulheres Negras da América-Latina e do Caribe, realizado na República Dominicana, onde 350 negras de 32 países se reuniram durante seis dias de diálogo, elaboração de estratégias e confraternização (ALVAREZ *et al.*, 2003). O Encontro pensado para a agenda de IV Conferência sobre a Mulher em Beijing criou novas proporções. A partir dele, foi criada a Rede Afrolatinoamericana, Afrocaribenha e da Diáspora (RMAAD) que, em 2019, conta com participação de 450 mulheres afrodescendentes autônomas e em representações institucionalizadas em organizações, ativas em 30 países.

Lélia Gonzalez sempre questionou o pensamento feminista hegemônico. De acordo com ela, as análises feministas sobre as desigualdades não discutiam raça, por ainda estarem atreladas ao mito da democracia racial e a ideologia do branqueamento (BARRETO, 2005, p. 52). Uma das questões amplamente difundidas foi a afirmação que a emancipação social e econômica das mulheres brancas foi feita à custa da exploração das mulheres negras, como domésticas (GONZALEZ, 2018).

Para demonstrar as diferenças entre as reivindicações entre negras e brancas no movimento feminista, Luiza Bairros (apud RIBEIRO, 1995) mostra um pensamento comunitário, enquanto as mulheres brancas se posicionavam de maneira individual para suas realizações.

[...] quando a mulher negra percebe a especificidade de sua questão, ela volta-se para o movimento feminista como uma forma de se armar de toda uma teoria que o feminismo vem construindo e da qual estávamos distanciados. Nesta procura, se coloca um outro nível de dificuldade, [...] questões soavam estranhas, fora de lugar na cabeça da mulher negra [...]. Se falava na necessidade de a mulher pensar no próprio prazer, conhecer o corpo, mas reserva-se à mulher pobre, negra em sua maioria, apenas o direito de pensar na reivindicação da bica d'água (RIBEIRO, 1995).

Sueli Carneiro também participou de vários processos de ativismo transnacional através do Geledés – Instituto da Mulher Negra e da Articulação de Mulheres Negras Brasileira – AMNB, também estimuladas pelas várias conferências da ONU nos anos 1990 e início dos 2000 – especialmente Beijing e Durban, que amplificaram ainda mais as teias político-comunicativas e conferiram maior visibilidade a feminismos cada vez mais plurais e diversos (ALVAREZ, 2014). Participaram de encontros preparatórios nacionais para a Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e todas as Formas Correlatas de Intolerância, convocada pelas Nações Unidas, que ocorreu em Durban, na África do Sul, além da Conferência Regional das Américas, preparatória da conferência mundial ocorrida no Chile, em dezembro de 2000 (CARNEIRO, 2011).

Para os encontros preparatórios nacionais, reuniram-se na cidade do Rio de Janeiro 13 organizações de mulheres negras brasileiras para deliberar sobre a participação das mulheres negras na em Durban, na África do Sul. Essa reunião nacional foi organizada pelas ONGs - Geledés Instituto da Mulher Negra, de São Paulo, Criola, do Rio de Janeiro e Maria Mulher, do Rio Grande do Sul, resultando numa declaração pró-Conferência de Racismo. Esta declaração configura o “matriarcado da miséria” que caracteriza as condições de vida das mulheres negras no Brasil, além da conjugação do racismo com o sexismo que produz sobre as mulheres negras uma asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões de sua vida. (CARNEIRO, 2011).

Segundo Sueli Carneiro, as mulheres negras tiveram um papel fundamental na Conferência em Durban:

Elas estão esperançosas com os resultados da histórica Organizadas na Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras Rumo à III Conferência Mundial contra o Racismo, as mulheres negras brasileiras trabalharam

ativamente para dar visibilidade ao racismo e à discriminação racial na Declaração e no Plano de Ação da Conferência Regional, documentos avalizados pelos Estados da região que reconhecem o racismo como fonte do colonialismo e da escravidão, a persistência dessas práticas discriminatórias, o caráter determinante que elas têm na pobreza e na marginalização social dos afro-latino-americanos e, sobretudo, as múltiplas formas de opressão que a conjugação de racismo e sexismo produz nas mulheres afrodescendentes. (CARNEIRO, 2011, p. 120).

Outras intervenções internacionais permitiram ampliar o debate sobre a questão racial e de gênero a nível nacional e internacional e sensibilizar movimentos, governos e a ONU para esta perspectiva em todos os seus temas. Houve atuação na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizada no Cairo, em 1994, em Viena, na Conferência de Direitos Humanos, em 2000. É importante lembrar que na Conferência de Viena assumiu-se que os direitos da mulher são direitos humanos (CARNEIRO, 2003b).

Mesmo que o conceito de interseccionalidade tenha sido desenvolvido pela feminista negra estadunidense Kimberlé Crenshaw (CRENSHAW, 2005), várias autoras brasileiras desenvolveram conceitualmente as perspectivas que posteriormente seriam apresentadas por este conceito (BARRETO, 2005). O conceito define que “as discriminações de raça e de gênero não são fenômenos mutuamente excludentes, propõe um modelo provisório para a identificação das várias formas de subordinação que refletem os efeitos interativos das discriminações de raça e de gênero” (CRENSHAW, 2005, p. 71). Lélia Gonzalez também acrescenta a estrutura de classe para complexificar a forma de tratar as desigualdades (BARRETO, 2005).

Conforme Sueli Carneiro (2003b), esta intersecção é a maneira de reunir as bandeiras levantadas pelo movimento negro e de mulheres no Brasil, trazendo inúmeros benefícios ao pensamento feminista:

O atual movimento de mulheres negras, ao trazer para a cena política as contradições resultantes da articulação das variáveis de raça, classe e gênero, promove a síntese das bandeiras de luta historicamente levantadas pelos movimento negro e de mulheres do país, enegrecendo de um lado, as reivindicações das mulheres, tornando-as assim mais representativas do conjunto das mulheres brasileiras, e, por outro lado, promovendo a feminização das propostas e reivindicações do movimento negro. Enegrecer o movimento feminista brasileiro tem significado, concretamente, demarcar e instituir na agenda do movimento de mulheres o peso que a questão racial tem na configuração, por exemplo, das políticas demográficas, na caracterização da questão da violência contra a mulher pela introdução do conceito de violência racial como aspecto determinante das formas de violência sofridas por metade da população feminina do país que não é branca (CARNEIRO, 2003b).

O trabalho das mulheres negras continua em constante movimento e se multiplica por toda América Latina. A última assembleia da RMAAD ocorreu em Cali, Colômbia, entre os dias 10 a 14 de outubro de 2018. O tema do fórum foi “A Quatro Anos do Decênio: Alcances e Desafios do Observatório da Plataforma Política das Mulheres Afrodescendentes”, referindo-se à Década Internacional de Afrodescendentes 2015-2024. Este evento contou com a participação de representantes de 22 países das Américas.

Ao final, foi-se produzido a Carta de Cali, declaração para ser apresentada aos governos dos países ali representados, apresentando as demandas das mulheres negras da região. Dentre as demandas apresentadas na carta, foram-se exigidos direitos das mulheres negras no campo da educação, autonomia política, território, ao censo, à soberania e segurança alimentar, à saúde, à participação política, além de exigências aos governos ali representados:

1. Que os países signatários da Década de Afrodescendentes 2015-2024 cumpram integralmente os compromissos de paz, justiça e desenvolvimento adquiridos mediante sua assinatura dentro de suas políticas públicas, incluindo o reconhecimento constitucional das e dos afrodescendentes nos países onde eles ainda permanecem legalmente ignorados.
2. Que cada país se comprometa a cumprir o acordo da Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e as Formas Correlatas de Intolerância.
3. Exigimos que pare a perseguição política contra as mulheres afrodescendentes por serem líderes sociais nos territórios.
4. Que os acordos da Conferência de Durban sejam respeitados a fim de alimentar, tornar visível e resgatar o compromisso político ali proposto como principal documento e rota de ação para as mulheres afrodescendentes no planeta.
5. Que cada país crie uma instituição governamental de questões afrodescendentes para que o Estado responda a essas necessidades.
6. Que a construção e implementação de políticas públicas que garantam o gozo dos direitos das mulheres afrodescendentes sejam favorecidas (DECLARAÇÃO DE CALI, 2018, p. 3).

Naquela assembleia, aconteceu também a eleição da coordenação geral e sub-regional. Nesta perspectiva, foi-se criada a regional Brasil, sob coordenação de Valdecir Nascimento, a então atual coordenadora do Odara - Instituto da Mulher Negra e secretária executiva da Articulação de Mulheres Negras Brasileiras – AMNB.

Considerações finais

Em toda América Latina, uma série de agendas políticas foram implementadas através de fundos em implementações de políticas de gênero, especialmente em relação às mulheres negras. A articulação e proximidade dos feminismos transnacionais emergentes apresentados nos Encontros Internacionais (1985-2018) e sua reverberação no movimento de mulheres negras no Brasil possibilitou diálogos fundantes, fundamentais à proposição de um pensamento epistêmico original em relação aos processos assumidos nos feminismos transnacionais.

Graças à várias mulheres negras que há tempos aliam a prática feminista negra com a teoria acadêmica, mesmo enfrentando certa desconfiança no campo científico, buscaram adotar estratégias de subversão e desconstrução de alguns dos considerados “cânones” do pensamento acadêmico. Toda esta trajetória do movimento feminista negro contribuiu de maneira ativa e sistemática aos feminismos nacionais e transnacionais, oferecendo ferramentas concretas de luta interseccional contra o machismo, sexismo e a pobreza. E, a partir desta ferramenta teórica e metodológica, ampliar este pensamento a diversas situações e contra todo tipo de violência em favor do bem viver.

A partir desta descrição, é demonstrada que esta atuação antecipava a interseccionalidade como recurso teórico e metodológico pela crítica aos feminismos hegemônicos. Esta apresentação e representação numa perspectiva trans-americana denota que os pertencimentos, identidades e movimentos de mulheres são, de fato, colaborativos com as respectivas realidades derivadas do colonialismo.

E o legado está vivo. No ano de 2018, de 6 a 9 de dezembro, em Goiânia – GO, acontece o Encontro Nacional de Mulheres Negras – 30 anos, em celebração aos 30 anos do primeiro encontro, além da reflexão dos próximos passos deste campo. Dentre as homenageadas estava Lélia Gonzalez, além da participação de Sueli Carneiro e Angela Davis nos dias do evento. Participaram do evento 800 mulheres negras de todos os estados brasileiros com o tema “Contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver – Mulheres Negras Movem o Brasil”. Este tema evoca a “Marcha das Mulheres Negras 2015 contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver”. O “bem viver” no nome da Marcha evoca o discurso decolonial, bastante expressivo nos campos feministas em outras partes da América Latina, mas que também ganha adeptas entre algumas teóricas e ativistas negras e

indígenas no Brasil (COSTA apud ALVAREZ, 2014), demonstrando o intercâmbio de pensamentos latino-americanos.

Compreender a complexidade do pensamento das intelectuais feministas negras é de suma importância para a ampliação de horizontes epistêmicos, do campo discursivo de ação feminista e que estas sejam reconhecidas na agenda de luta pelos direitos humanos de mulheres negras e de outras mulheres de Nossa América.

Referências

ALVAREZ, Sonia E. *et al.* Encontrando os Feminismos Latino-Americanos e caribenhos. **Revista Estudos Feministas**, [s. l.], v. 11, n. 2, p. 541–575, 2003.

_____. Construindo uma política feminista translocal da tradução. **Revista Estudos Feministas**, [s. l.], v. 17, n. 3, p. 743–753, 2010.

_____. Para além da sociedade civil : reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, [s. l.], n. 43, p. 13–56, 2014.

BAIRROS, Luiza. Lembrando Lélia Gonzalez. In: WERNECK, Jurema (Ed.). **O livro da saúde das mulheres negras – nossos passos vêm de longe**. Rio de Janeiro: Criola/Pallas, 2000.

BARRETO, Raquel de Andrade. **Enegrecendo o Feminismo ou Feminizando a Raça**: Narrativas de Libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez. 2005. PUC-Rio, [s. l.], 2005.

BOZZANO, Caroline Betemps. Feminismos transnacionais descoloniais: algumas questões em torno da colonialidade nos feminismos. **Revista Estudos Feministas**, [s. l.], v. 27, n. 1, p. 1–7, 2019.

CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. **Estudos feministas**, [s. l.], v. 3, n. 22, p. 965–986, 2014.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, [s. l.], v. 17, n. 49, p. 117–132, 2003. a. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-401420030003000008&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 jul. 2019.

_____. Enegrecer o Feminismo: a Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma Perspectiva de Gênero. In: SOCIAIS, ASHOKA EMPREENDIMENTOS; CIDADANIA, TAKANO (Eds.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003. b.

_____. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, [s. l.], v. 10, n. 1, p. 171–188, 2005.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, [s. l.], v. 92/93, p. 69–82, 1988.

_____. **Lélia Gonzalez: Primavera para as Rosas Negras**. São Paulo: UCPA; Diáspora Africana, 2018.

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global?. **Rev. Sociol. Polit.** [online], v. 18, n. 36, 2010, p.67- 92. Disponível em: file:///C:/Users/Carvalho%20e%20Silva/Documents/Textos%20doutorado/mARLISE%20MATOS.pdf. Acesso em: 30 Ag. 2019.

OLIVEIRA, Rosália Lemos de. **Feminismo negro em construção**: a organização do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro. 1997. UFRJ, [s. l.], 1997.

RMAAD. Red de Mujeres Afrolatinoamericanas, Afrocaribeñas y de la Diáspora. **Declaração de Cali**. Disponível em: <http://www.mujeresafro.org/declaracao-final-forum-cali-da-rede-de-mulheres-afro/> Acesso em: 10 jul. 2019.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres Negras Brasileiras de Bertioga a Beijing. **Revista Estudos Feministas**, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 446–457, 1995.

SCHMIDT, Simone Pereira; MACEDO, Ana Gabriela. Feminismos Transnacionais: saberes e estéticas pós/descoloniais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 1, 2019.

SILVA, Ellen Da. Tejiendo de otro modo: feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, [s. l.], v. 9, n. 2, p. 1–8, 2015.

Recebido em 15 de outubro de 2019.

Aceito em 1º de novembro de 2019.